

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

E-mail: adelciomachado@gmail.com

Solange Sprandel da Silva

Mestra em ciência Jurídica (Univali). Graduada em Direito e Pedagogia. Doutoranda em Desenvolvimento

Regional. Docente e pesquisa da Universidade do Contestado (UnC).

<https://orcid.org/0009-0001-9274-030X>.

E-mail: reitoria@unc.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-15>

RESUMO: Objetivo de conhecer os fundamentos da Sociologia Econômica, para a compreensão de suas origens, pressupostos teóricos, principais autores e debates centrais. Trata-se de estudo qualitativo, de revisão bibliográfica em publicações de pensadores clássicos e coevos da Sociologia Econômica enquanto campo de investigação. Os resultados apresentam a Sociologia Econômica como uma intersecção entre a Sociologia e a Economia. Os fundadores da sociologia, abordaram a economia imbricada na vida social, marcada por relações de poder, estruturas simbólicas, normas coletivas e instituições históricas. Os princípios da Sociologia Econômica inferem que as práticas econômicas estão enraizadas em instituições, normas, valores, redes sociais e relações de poder. Conclui-se que compreender os fundamentos e as principais abordagens da Sociologia Econômica é essencial para pesquisadores, formuladores de políticas e cidadãos críticos interessados em repensar os caminhos do desenvolvimento e da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia econômica. Mercados. Redes sociais. Desigualdade. Economia e cultura.

INTRODUCTION TO ECONOMIC SOCIOLOGY

ABSTRACT: The objective is to understand the foundations of Economic Sociology in order to understand its origins, theoretical assumptions, main authors and central debates. This is a qualitative study, a bibliographic review of publications by classical and contemporary thinkers of Economic Sociology as a field of research. The results present Economic Sociology as an intersection between Sociology and Economics. The founders of sociology approached the economy as intertwined with social life, marked by power relations, symbolic structures, collective norms and historical institutions. The principles of Economic Sociology infer that economic practices are rooted in institutions, norms, values, social networks and power relations. It is concluded that understanding the foundations and main approaches of Economic Sociology is essential for researchers, policy makers and critical citizens interested in rethinking the paths of development and social justice.

KEYWORDS: Economic sociology. Markets. Social networks. Inequality. Economy and culture.

INTRODUÇÃO

A Sociologia Econômica constitui-se como um campo de estudo que busca compreender os fenômenos econômicos a partir de uma perspectiva sociológica, superando a dicotomia entre economia e sociedade que marcou boa parte do pensamento moderno. Este artigo propõe uma introdução ao campo, partindo do princípio de que os processos econômicos não são autônomos e puramente racionais, mas sim profundamente imbricados em estruturas sociais, normas culturais, instituições e relações de poder.

A economia, nesse sentido, não pode ser entendida como um sistema isolado ou como uma esfera de ação humana que opera segundo leis próprias e universais, ao contrário, é permeada por elementos sociais que influenciam, moldam e até mesmo determinam seus rumos. Trata-se, portanto, de pensar o econômico como um fenômeno social, historicamente situado e culturalmente construído.

A relevância da Sociologia Econômica no contexto contemporâneo está diretamente ligada às transformações profundas pelas quais o mundo tem passado nas últimas décadas. A globalização dos mercados, o avanço das tecnologias de informação, as crises financeiras recorrentes e a ampliação das desigualdades sociais e econômicas colocam em evidência os limites das análises econômicas tradicionais, especialmente aquelas pautadas pelo modelo neoclássico, que assume o comportamento racional dos agentes econômicos como dado e ignora as condicionantes sociais, históricas e culturais.

À guisa de exemplo, a pandemia da Covid-19 expôs de maneira contundente a interdependência entre esferas da vida social que costumavam ser tratadas separadamente — saúde, trabalho, consumo, mobilidade urbana, sistemas financeiros — revelando a urgência de abordagens mais complexas e integradas para compreender os desafios atuais.

Nesse cenário, a Sociologia Econômica surge como uma proposta analítica capaz de oferecer uma compreensão mais rica e multifacetada dos processos econômicos, destacando, por exemplo, a importância das redes sociais, das instituições, da confiança, da moralidade e da cultura na dinâmica dos mercados.

Ademais, a área da Sociologia Econômica não se limita a uma crítica à economia ortodoxa, mas propõe um reposicionamento epistêmico, buscando articular diferentes matrizes teóricas e metodológicas. Ao fazer isso, contribui para repensar as próprias bases do conhecimento econômico, trazendo à tona questões que muitas vezes são invisibilizadas e tratadas como secundárias nos modelos dominantes.

Temas como o papel das emoções nas decisões econômicas, a influência das normas sociais na formação de preços, ou ainda, os efeitos das redes de relações pessoais nas trocas comerciais, são exemplos de como o campo sociológico pode lançar luz sobre aspectos que permanecem obscuros quando se adota uma abordagem puramente econômica.

Este artigo se estrutura a partir de uma metodologia qualitativa, baseada na revisão bibliográfica em publicações de pensadores clássicos e coevos que contribuíram para a consolidação da Sociologia Econômica enquanto campo de investigação. A escolha por essa abordagem teórico-analítica justifica-se tanto pelo caráter introdutório do trabalho quanto pela necessidade de sistematizar as principais contribuições que ajudam a definir os contornos epistemológicos, metodológicos e temáticos da área.

Foram consultadas obras de referência como as escrituras de Marx, Weber e Durkheim, considerados fundadores da Sociologia, bem como os trabalhos de autores mais recentes como Mark Granovetter, Viviana Zelizer, Richard Swedberg e Harrison White, que protagonizaram o que se convencionou chamar de “nova sociologia econômica”, sobretudo a partir da década de 1980.

A problemática que norteia este artigo pode ser sintetizada na seguinte questão: de que forma os fenômenos econômicos podem ser compreendidos a partir de uma abordagem sociológica, que considere os aspectos sociais, culturais, institucionais e históricos envolvidos nas práticas econômicas? Tal questão emerge diante da constatação de que a economia, quando analisada exclusivamente por meio de modelos abstratos e dedutivos, tende a desconsiderar as múltiplas determinações sociais que configuram os contextos nos quais os agentes econômicos atuam.

Essa limitação é particularmente evidente em contextos marcados por desigualdades estruturais, informalidade, dinâmicas de reciprocidade e laços

comunitários, como é o caso de muitos países do Sul Global. Assim, torna-se necessário questionar os pressupostos do *homo economicus* e adotar uma concepção ampliada de ação econômica, que incorpore variáveis como cultura, redes sociais, instituições e práticas cotidianas.

Destarte, o objetivo geral do estudo foi conhecer os fundamentos da Sociologia Econômica, para a compreensão de suas origens, pressupostos teóricos, principais autores e debates centrais.

Para alcançar esse objetivo, propõem-se os seguintes objetivos específicos: (a) Contextualizar o surgimento da Sociologia Econômica e sua diferenciação em relação à economia clássica; (b) Discutir as contribuições dos autores clássicos da sociologia para a análise das práticas econômicas; (c) Mapear os principais temas de pesquisa e as abordagens contemporâneas desenvolvidas no campo; e (d) Destacar a importância da Sociologia Econômica para a compreensão dos fenômenos econômicos no Brasil e no mundo atual.

ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A Sociologia Econômica surgiu a partir da intersecção entre dois campos do saber que, embora hoje frequentemente separados nas academias, compartilham origens comuns: a Sociologia e a Economia.

No ocaso do século XIX e início do século XX, era comum que os primeiros pensadores sociais abordassem os fenômenos econômicos dentro de uma perspectiva mais ampla, que levava em consideração aspectos sociais, culturais, morais e institucionais. A cisão entre essas disciplinas veio posteriormente, à medida que a economia passou a adotar uma abordagem cada vez mais matemática e formalizada, distanciando-se das preocupações com o contexto social e histórico que tanto interessavam à sociologia clássica.

Com isso, consolidou-se uma divisão entre as análises econômicas e sociológicas, cuja superação se tornou uma das tarefas centrais da Sociologia Econômica (Swedberg, 2003).

Entre os principais marcos do surgimento da disciplina, é necessário destacar as contribuições dos chamados “pais fundadores” da sociologia. Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, ainda que não tenham utilizado a expressão “Sociologia Econômica” de forma sistemática, lançaram as bases para sua construção.

Karl Marx dedicou-se a compreender as estruturas econômicas do capitalismo como formações sociais historicamente determinadas. Para ele, o modo de produção capitalista engendra não apenas formas específicas de exploração econômica, mas instituições, valores e subjetividades que naturalizam e reproduzem essas relações. Segundo o autor, “o modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida” (Marx; Engels, 2007, p. 47), indicando que as relações econômicas não podem ser dissociadas de seu contexto social mais amplo.

Max Weber apresentou uma análise mais voltada à ação social e à racionalização dos sistemas econômicos. Em sua obra clássica “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, o autor procurou entender como determinadas orientações religiosas e valores culturais influenciaram o desenvolvimento do capitalismo moderno, argumentando que o comportamento econômico é moldado por um *ethos* que vai além da mera busca por lucro.

Para Weber (2004), o capitalismo não surgiu apenas por mudanças nas condições materiais, mas por transformações culturais e religiosas que proporcionaram uma nova ética do trabalho e da acumulação. Sua preocupação em compreender os sentidos atribuídos às ações econômicas e a relação entre cultura e economia configura uma das bases da Sociologia Econômica contemporânea.

Émile Durkheim, por sua vez, enxergava a economia como parte de um sistema moral mais amplo, defendendo que a coesão social e a solidariedade são elementos fundamentais para o funcionamento das instituições econômicas. Em “A Divisão do Trabalho Social”, o autor argumenta que a crescente especialização das funções econômicas deve ser compreendida como um fenômeno moral e não apenas técnico.

Para ele, “as regras econômicas são uma variedade das regras morais” (Durkheim, 2007, p. 327), apontando que os vínculos entre indivíduos e grupos são tão importantes quanto os mecanismos de mercado para explicar os processos econômicos.

Conquanto os contributos desses autores clássicos, o campo da economia, especialmente a partir da segunda metade do século XX, caminhou no sentido da formalização e do isolamento disciplinar. A economia neoclássica, que se tornou hegemônica nesse período, passou a operar com modelos abstratos, fundada na noção de agentes racionais maximizadores de utilidade, e desconsiderou a influência das estruturas sociais e institucionais sobre as escolhas econômicas.

Essa ruptura entre economia e sociologia fez com que os estudos econômicos perdessem parte de sua capacidade explicativa diante da complexidade do mundo social, pontua Zelizer (1994).

A reação a essa hegemonia veio com força a partir dos anos 1980, quando diversos sociólogos começaram a se mobilizar para reaproximar os dois campos, dando origem ao que ficou conhecido como *new economic sociology* ou “nova sociologia econômica. Um dos marcos fundadores desse movimento foi o artigo de Mark Granovetter, intitulado *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*, publicado em 1985. Nesse texto, Granovetter (1985), critica tanto a concepção utilitarista da economia neoclássica quanto às abordagens “substantivistas” da Antropologia Econômica, propondo uma terceira via: a ideia de que as ações econômicas estão “enraizadas” (*embedded*) em redes sociais concretas.

O autor afirma que “os padrões de ação econômica são moldados por redes duradouras de relações interpessoais” (Granovetter, 1985, p. 490), apontando que elementos como confiança, reputação e reciprocidade são cruciais para o funcionamento dos mercados.

A partir dessa reorientação proposta por Granovetter (1985), outros autores contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia Econômica como campo autônomo e institucionalizado. Zelizer (1994), por exemplo, dedicou-se a estudar a influência da cultura e das emoções nos processos econômicos.

Em sua obra *The Social Meaning of Money* (1994), a autora apresenta como o dinheiro, geralmente considerado um símbolo de racionalidade impessoal, é na verdade usado de forma simbólica, afetiva e moral em diferentes contextos sociais. Zelizer (1994)

sustenta que “as práticas cotidianas dão significado ao dinheiro e o diferenciam socialmente”, contrariando a ideia de que ele possui um valor único e universal.

Richard Swedberg, outro nome fundamental para a consolidação da área. Ele defende a importância de uma abordagem sociológica dos mercados, entendendo-os não como espaços neutros de trocas voluntárias, mas como construções sociais reguladas por normas, instituições e estruturas de poder. Para ele, “os mercados são arenas sociais moldadas por regras formais e informais, pelas ações dos Estados, e pelas relações sociais entre os participantes” (Swedberg, 2003, p. 19). Swedberg é responsável por diversas sistematizações teóricas da Sociologia Econômica, tendo proposto modelos analíticos e tipologias que ajudam a definir os contornos do campo.

No entanto, importa notar que o movimento de reaproximação entre economia e sociologia encontrou eco em outras tradições intelectuais. A Antropologia Econômica, com autores como Karl Polanyi, apontou os limites da economia de mercado autorregulada. Em sua obra clássica “A Grande Transformação”, Polanyi (2000), o autor argumenta que o surgimento do mercado moderno não foi um processo natural e espontâneo, mas sim uma construção política e institucional promovida pelos Estados nacionais.

Para ele, “a economia de mercado é uma instituição artificial, implantada mediante intervenção estatal” (Polanyi, 2000, p. 84), que desafia a tese liberal da autorregulação. Seu conceito de *embeddedness* foi, inclusive, retomado e ampliado por Granovetter em seu trabalho publicado em 1985.

No Brasil, a Sociologia Econômica tem se desenvolvido, ainda que de forma mais tímida em relação a outros países. Autores como Luiz Filgueiras, Lena Lavinas, André Botelho e Rubem Luiz de Oliveira têm explorado temas como discrepância social, informalidade, políticas públicas e desenvolvimento econômico sob a ótica da sociologia.

Os estudos sobre economia popular, trabalho informal, redes de solidariedade e economia solidária são exemplos de como a perspectiva sociológica pode contribuir para a análise de realidades econômicas complexas, marcadas por dinâmicas que escapam à lógica dos modelos econômicos tradicionais.

O desenvolvimento institucional da Sociologia Econômica merece destaque com a criação de redes de pesquisa, grupos de estudo e periódicos dedicados ao tema ajudando a consolidar a área. Nos Estados Unidos da América (EUA), a *American Sociological Association* (ASA) criou uma seção específica para a Sociologia Econômica. Na Europa, conferências e publicações especializadas têm fomentado o diálogo entre pesquisadores.

No Brasil, eventos como os encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) passaram a incluir eixos temáticos voltados às interfaces entre economia e sociedade, o que revela o crescente interesse pela área.

FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Os fundamentos da Sociologia Econômica remetem à constituição da própria sociologia como ciência e às contribuições dos seus pensadores clássicos na análise das dinâmicas econômicas.

Posto que a delimitação entre os campos da economia e da sociologia tenha se acentuado ao longo do século XX, é importante destacar que, nos primórdios da sociologia, as questões econômicas estavam no centro das preocupações analíticas (Zelizer, 1994). Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, considerados os fundadores da sociologia, abordaram a economia não como um domínio isolado, mas como uma dimensão profundamente imbricada na vida social, marcada por relações de poder, estruturas simbólicas, normas coletivas e instituições históricas. Suas obras lançaram as bases para a compreensão da economia como fenômeno social, o que se tornaria, posteriormente, o cerne da Sociologia Econômica.

Karl Marx (1818–1883), é uma figura incontornável na análise das relações econômicas como expressões das estruturas sociais. Sua obra propõe uma crítica radical à economia política clássica, especialmente às teorias de Adam Smith, David Ricardo e outros autores que viam o mercado como uma esfera natural e autorregulada.

Para Marx, a economia é uma construção histórica e social, fundamentada nas relações de produção, nas lutas de classe e na exploração do trabalho pelo capital. Em “O Capital”, sua obra maior, Marx (2013) desenvolve a ideia de que o modo de produção

capitalista estrutura toda a sociedade, condicionando as formas de vida, as instituições e a ideologia dominante.

O conceito de “fetichismo da mercadoria” é emblemático ao denunciar como as relações sociais entre pessoas são mediadas por coisas, mascarando as verdadeiras relações de dominação presentes no processo de produção e troca.

A análise marxiana do trabalho, da mais-valia e da acumulação de capital revela como os fenômenos econômicos são inseparáveis das relações sociais. Ao tratar da economia como parte de uma totalidade social histórica e contraditória, Marx (2013) inaugura uma perspectiva materialista que tem profunda influência sobre a Sociologia Econômica crítica. Segundo Harvey (2005), a leitura marxista continua sendo fundamental para compreender as crises econômicas contemporâneas e os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

Max Weber (1864–1920), por sua vez, parte de uma abordagem distinta, centrada na compreensão dos significados atribuídos pelos atores sociais às suas ações. Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber (2004) investiga como determinadas crenças religiosas, especialmente o protestantismo calvinista, contribuíram para o surgimento do *ethos* capitalista moderno.

Ao associar o comportamento econômico racional à racionalidade ascética da ética protestante, Weber introduz uma dimensão cultural e simbólica na análise econômica, destacando a relevância dos valores, crenças e disposições subjetivas na formação das estruturas econômicas.

Ademais disso, Weber elabora o conceito de ação social, segundo o qual toda ação humana só pode ser compreendida dentro de um contexto de sentido compartilhado. Com isso, ele rompe com a concepção utilitarista da economia clássica, que vê os agentes como indivíduos isolados e racionais maximizadores de utilidades.

Para Weber, o comportamento econômico é uma forma de ação social que deve ser analisada a partir das motivações subjetivas dos agentes e das instituições em que estão inseridos. Como destaca Swedberg (2005), Weber foi um dos primeiros a propor uma sociologia da economia que se preocupava tanto com os aspectos objetivos quanto com os subjetivos das práticas econômicas.

Émile Durkheim (1858–1917), por sua vez, contribui com uma perspectiva voltada à análise das estruturas sociais e à função que estas exercem na coesão e na ordem social. Em obras como “A Divisão do Trabalho Social”, Durkheim (2000) interpreta o crescimento da interdependência econômica como uma forma de solidariedade orgânica, característica das sociedades modernas. Ele argumenta que, à medida que as sociedades se tornam mais complexas, a divisão do trabalho cria uma teia de interações econômicas que exige novas formas de regulação moral e institucional.

Outrossim, para Durkheim, o mercado não é uma entidade autônoma, mas uma instituição social que necessita de normas para funcionar adequadamente.

Do mesmo modo, Durkheim alerta para os riscos do “estado anômico” — a ausência de regulação moral nas atividades econômicas — que pode levar à desintegração social. A sua crítica às formas desregradadas de concorrência antecipa discussões contemporâneas sobre a mercantilização de todas as esferas da vida e os efeitos perversos do neoliberalismo.

Como destaca Polanyi (2000), cuja obra dialoga fortemente com o legado de Durkheim, a tentativa de submeter toda a vida social à lógica do mercado gera desorganização social e ameaça a própria coesão das comunidades.

A leitura conjunta desses três autores permite compreender a economia como uma prática socialmente situada, moldada por estruturas históricas, significados simbólicos e normas coletivas. Essa perspectiva contrasta fortemente com o individualismo metodológico que fundamenta a economia neoclássica, cuja base analítica reside no conceito de *homo economicus* — um agente racional, egoísta e descontextualizado socialmente.

Por conseguinte, a crítica ao individualismo metodológico se configura em um dos pilares da Sociologia Econômica contemporânea. Granovetter (1985), um dos principais expoentes da “nova sociologia econômica”, afirma que a economia está “imersa” em redes sociais, isto é, as decisões econômicas não podem ser explicadas de forma adequada sem considerar os laços sociais e as instituições que estruturam o comportamento dos indivíduos.

A abordagem neoclássica, ao abstrair os contextos sociais, culturais e históricos, acaba por construir modelos teóricos que, embora matematicamente elegantes, carecem de realismo sociológico. Como observa Bourdieu (2000), essa abstração leva a uma “ficção teórica” que ignora as condições reais nas quais acontecem as práticas econômicas. Para o autor, é necessário um “realismo relacional” que considere os capitais econômicos, sociais e simbólicos que os agentes mobilizam nas diversas arenas da vida social, incluindo o mercado.

Nesse sentido, a Sociologia Econômica recupera e atualiza os fundamentos clássicos da sociologia para oferecer interpretações mais complexas da economia. Ao fazer isso, contribui para um movimento de reconceitualização dos fenômenos econômicos, resgatando a importância da moral, da cultura, da confiança e das redes sociais. Viviana Zelizer (1994), por exemplo, demonstra em suas pesquisas como o dinheiro, frequentemente considerado neutro e impessoal pela teoria econômica, é profundamente influenciado por valores afetivos, normas culturais e relações sociais.

Ademais disso, autores como Mark Granovetter, Richard Swedberg e Harrison White retomam as contribuições de Weber, Marx e Durkheim no desenvolvimento de teorias que explicam como os mercados são formados, mantidos e transformados por interações sociais.

Swedberg (2003) enfatiza que a economia não deve ser estudada isoladamente, mas em relação às instituições sociais que a estruturam. Granovetter (1985) argumenta que o comportamento econômico está “imerso em estruturas sociais concretas”, e que os modelos baseados no individualismo metodológico são incapazes de explicar, por exemplo, a confiança nas transações e a persistência de redes informais de troca.

Conseqüentemente, a crítica ao individualismo metodológico não é apenas teórica, mas metodológica e epistemológica. Ela exige uma mudança no modo como se constrói o conhecimento sobre os fenômenos econômicos, valorizando abordagens qualitativas, análises históricas e interpretações contextualizadas. Como afirma Jessop (2001), a economia não pode ser compreendida separadamente da sociedade, e qualquer tentativa de fazê-lo resulta em análises parciais e ideologicamente comprometidas.

A SOCIOLOGIA ECONÔMICA NO BRASIL E NO MUNDO: EPISTEMOLOGIAS E PRINCIPAIS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

A Sociologia Econômica contemporânea apresenta um escopo analítico cada vez mais plural e refinado, resultado de décadas de reconstrução teórica e empírica em torno da relação entre o econômico e o social. Diferentemente da tradição econômica neoclássica, que tende a compreender os agentes como racionais, maximizadores de utilidade e operando em mercados ideais, a Sociologia Econômica parte do princípio de que as práticas econômicas estão profundamente enraizadas em instituições, normas, valores, redes sociais e relações de poder.

Nesse sentido, ao invés de tratar o mercado como uma entidade abstrata e autorregulada, essa abordagem entende os mercados como construções sociais, permeadas por dinâmicas históricas e culturais específicas.

Entre os temas centrais que estruturam o campo, destacam-se os estudos sobre instituições econômicas e redes sociais. As instituições, entendidas como regras formais e informais que organizam a vida econômica, são analisadas a partir de sua função de coordenação dos comportamentos dos agentes, garantindo previsibilidade e estabilidade às interações econômicas.

À guisa de exemplo, North (1990) destaca o papel das instituições na redução das incertezas dos processos de troca, sendo fundamentais para o desenvolvimento econômico. Na Sociologia Econômica, entretanto, esse enfoque institucional é enriquecido com a consideração das normas sociais, da cultura e da reciprocidade como dimensões centrais.

Granovetter (1985) argumenta que a ação econômica está sempre “imersa” em redes de relações sociais que moldam o comportamento dos indivíduos. Ele critica tanto a visão subsocializada da economia neoclássica quanto a super-socializada da sociologia estruturalista, propondo que a análise econômica deve considerar a interação social como uma variável explicativa.

Essa imersão social das atividades econômicas implica que os mercados, longe de serem arenas neutras de troca entre agentes racionais, são construções sociais que envolvem regras, símbolos, expectativas compartilhadas e estruturas de poder. A ideia de

que os mercados são arenas culturais e morais foi amplamente desenvolvida por Zelizer (1994), que demonstrou, por meio de pesquisas empíricas, como as relações econômicas não podem ser reduzidas a interesses individuais.

A autora revela como o dinheiro assume significados diversos a depender do contexto social em que circula, sendo, muitas vezes, moralmente qualificado e socialmente limitado. Essa perspectiva se insere em uma abordagem que pode ser chamada de "economia moral", a qual considera que práticas econômicas estão sempre atravessadas por valores, emoções e expectativas morais.

Ademais da dimensão institucional e moral da economia, a Sociologia Econômica tem se debruçado sobre a questão da confiança, da reciprocidade e do capital social como elementos-chave das interações econômicas. Coleman (1990) e Bourdieu (2000), contribuíram para a sistematização do conceito de capital social, evidenciando sua importância na geração de laços de cooperação, redes de apoio e benefícios coletivos.

Coleman, a título de exemplo, entende o capital social como um recurso que emerge da estrutura das relações sociais e que pode ser utilizado para facilitar certas ações dentro de uma estrutura social. Já Bourdieu concebe o capital social como o conjunto de recursos vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo. Em ambas as concepções, o capital social aparece como um elemento que conecta o individual ao coletivo, sendo fundamental para a consolidação de vínculos de confiança em contextos de interação econômica.

Outro eixo importante de análise da Sociologia Econômica é a relação entre cultura, valores e práticas econômicas. A cultura é compreendida como um repertório simbólico que informa, orienta e legitima os comportamentos dos agentes econômicos. Em exemplo, Swedberg (2003) salienta que as motivações econômicas são frequentemente moldadas por visões de mundo, crenças religiosas, tradições familiares e representações sociais que atribuem sentido à ação econômica.

Essa abordagem cultural é particularmente útil para compreender como diferentes sociedades estruturam suas economias de maneiras distintas, resistindo à homogeneização imposta pelos modelos econômicos dominantes. Tal perspectiva abre

espaço para o reconhecimento da pluralidade de formas econômicas — como o cooperativismo, o mutualismo, a economia solidária — que escapam aos parâmetros da racionalidade instrumental.

Nesse sentido, a Sociologia Econômica tem se voltado para o estudo das desigualdades e da estratificação econômica, com vistas a compreender como as estruturas sociais de classe, gênero e raça influenciam o acesso aos recursos econômicos e as oportunidades de mobilidade social. A análise das desigualdades ultrapassa a mensuração estatística e incorpora uma perspectiva relacional, que considera os processos históricos e institucionais responsáveis pela reprodução das hierarquias sociais.

Pensadores como Wright (2005), têm contribuído com teorias que articulam estrutura de classes e regimes econômicos, oferecendo modelos analíticos para pensar alternativas ao capitalismo desigual. A sociologia das desigualdades econômicas se beneficia de contribuições como as de Piketty (2014), que embora não seja sociólogo, oferece uma leitura crítica da concentração de riqueza e de suas implicações políticas e sociais.

As abordagens contemporâneas da Sociologia Econômica, reunidas sob o termo “nova sociologia econômica”, propõem uma renovação das teorias clássicas com base em evidências empíricas e metodologias inovadoras. Como mencionado anteriormente, Mark Granovetter introduziu o conceito de *embeddedness* para indicar que a ação econômica está inserida em redes sociais.

A partir dessas considerações proliferaram estudos sobre redes econômicas, interações sociais e confiança, com destaque para os trabalhos de Harrison White (2002), que analisou os mercados como estruturas de interações entre produtores, e não como espaços de troca entre indivíduos anônimos. Para White, os mercados se constituem como sistemas de observação mútua, em que os atores se posicionam estrategicamente em relação aos demais, desenvolvendo rotinas e estratégias com base em informações sociais.

A dimensão cultural e simbólica da economia, por sua vez, foi aprofundada por Zelizer (1994), que contribuiu significativamente para o entendimento das "esferas de troca" e das "fronteiras simbólicas" que os agentes constroem para distinguir relações econômicas legítimas e ilegítimas. Essa perspectiva dialoga com a noção de economia

moral, proposta por Thompson (1971) e atualizada por autores como Fassin (2012), que investigam os conflitos sociais e éticos que emergem em torno das práticas econômicas.

A “sociologia dos mercados”, desenvolvida por autores como Beckert (2009), examina como os mercados funcionam a partir de dispositivos sociais como regras, classificações, formas de valoração e estruturas de coordenação, sendo particularmente útil para analisar os mercados financeiros contemporâneos.

No Brasil, a Sociologia Econômica tem se desenvolvido de maneira progressiva, embora ainda enfrente desafios quanto à consolidação institucional e à produção teórica própria. A tradição sociológica brasileira, historicamente voltada para a análise das desigualdades sociais, da formação do Estado e do desenvolvimento, contribuiu de forma indireta para os estudos econômicos ao lançar luz sobre os mecanismos sociais que condicionam o funcionamento da economia. Florestan Fernandes, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso inseriram elementos sociológicos em suas análises do subdesenvolvimento e da dependência, antecipando preocupações que seriam retomadas pela Sociologia Econômica.

Presentemente, há um esforço crescente de institucionalização do campo por meio de grupos de pesquisa, eventos acadêmicos e publicações especializadas. Pesquisadores como Lena Lavinias, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, André Botelho e Ricardo Abramovay têm contribuído com estudos que articulam economia e sociedade, a partir de diferentes enfoques como a análise das políticas públicas, da economia solidária, da informalidade e da sustentabilidade.

Lavinias, por exemplo, tem se destacado na crítica à financeirização das políticas sociais e na defesa de um Estado de bem-estar que enfrente as raízes estruturais da pobreza (Lavinias, 2017). Já Abramovay propõe uma leitura ecológica da economia, que problematiza os limites do crescimento e a necessidade de transições sustentáveis.

Entre os temas mais estudados no Brasil área da Sociologia Econômica, destacam-se a economia informal, a desigualdade, o desenvolvimento e as políticas públicas. O estudo da informalidade, por exemplo, é fundamental para compreender a dinâmica econômica de grande parte da população brasileira, especialmente nos centros urbanos.

Gohn (2011), aborda a economia informal como espaço de resistência e criatividade, reptando a visão estigmatizante que associa informalidade à precariedade. Da mesma forma, a análise das políticas públicas sob uma ótica sociológica permite identificar os entraves estruturais que impedem a inclusão econômica, assim como as disputas simbólicas e materiais que moldam as decisões governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia Econômica, ao tensionar as fronteiras entre o social e o econômico, oferece uma perspectiva crítica e abrangente sobre os fenômenos econômicos contemporâneos. Ao considerar que os mercados, as instituições e as decisões econômicas são moldadas por relações sociais, normas culturais e estruturas de poder, esse campo rompe com a visão individualista da teoria econômica dominante, contribuindo para uma compreensão mais realista e complexa da vida econômica.

As abordagens contemporâneas da Sociologia Econômica — como a nova sociologia econômica, a economia moral e a sociologia dos mercados — têm sido fundamentais para analisar questões como desigualdade, informalidade, desenvolvimento e financeirização. No Brasil, embora o campo ainda esteja em processo de consolidação, há um crescimento significativo da produção acadêmica voltada a temas socialmente relevantes, especialmente no que diz respeito às dinâmicas econômicas periféricas, às políticas públicas e às transformações no mundo do trabalho.

Em última análise, pode-se concluir que compreender os fundamentos e as principais abordagens da Sociologia Econômica é essencial para pesquisadores, formuladores de políticas e cidadãos críticos interessados em repensar os caminhos do desenvolvimento e da justiça social.

Em epítome, trata-se de um campo que amplia o olhar sobre a economia, evidenciando que, por trás de números e estatísticas, estão sujeitos, relações e valores que constroem — e podem transformar — as estruturas sociais e econômicas da nossa realidade.

REFERÊNCIAS

- BECKER, J. The social order of markets. **Theor Soc.**, v. 38, p 245-269, 2009.
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FASSIN, D. **A razão humanitária: uma história moral do presente**. São Paulo: EdUFSCar, 2012.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- JESSOP, B. Bringin the state back in (yet again): reviews, revisions, rebuttals and redirections. **International Review of Sociology**, v. 11, n. 2, p. 149–173, 2001.
- LAVINAS, L. **The takeover of social policy by financialization**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- SWEDBERG, R. **Max Weber and the Idea of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- THOMPSON, E. P. The moral economy of the english crowd in the eighteenth century. **Past and Present**, n. 50, p. 76–136, 1971.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WHITE, H. C. **Markets from networks: socioeconomic models of production**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- WRIGHT, E. O. **Classes**. London: Verso, 2005.

ZELIZER, V. A. **The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relief, and other currencies.** New York: Basic Books, 1994.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.